

TRÊS PROJETOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ¹

Maria Luiza APPEZZATO²

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Câmpus São Paulo

Maria Cecília LUCCHESI³

Doutora em Arquitetura e Urbanismo/USP
Docente de Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Câmpus São Paulo

RESUMO

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos em pesquisa realizada em 2020 sobre o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, cujo objetivo inicial era compreender se os instrumentos e ações do Consórcio tem rebatimento nos planejamentos territoriais municipais e nesse sentido podem ser considerados como planejamento territorial regional. O artigo apresenta o Consórcio, programas e projetos e faz considerações a respeito de três projetos, a saber, os espaços Eco-Hídricos, a recuperação do Ribeirão Quilombo e os piscinões ecológicos, a partir do estudo e análise de documentos disponibilizados pelo Consórcio em seu site, e de entrevista com técnicos que lá atuam, e finalmente são feitas considerações sobre a abrangência de sua atuação regional.

Palavras-chave: Consórcios Intermunicipais; Planejamento Territorial; Atuação Regional.

Introdução

Os consórcios intermunicipais surgem no Brasil em maior número a partir da promulgação da constituição de 1988 e da redemocratização do país, ainda que o arranjo institucional que propõe já vinha sido discutido na década anterior, a partir do conhecimento das experiências europeias, em especial a francesa.

A Constituição de 1988 resgatou o papel dos municípios como elaborador e executor de políticas públicas de âmbito municipal, mas enquanto que muitas

¹ Artigo derivado de projeto de Iniciação Científica. Orientadora Profa. Dra. Maria Cecília Lucchese.

² Endereço eletrônico: m.appezzato@aluno.ifsp.edu.br

³ Endereço eletrônico: cecilia.lucchese@ifsp.edu.br

competências da União e dos Estados foram passadas para o município, os recursos públicos continuaram em grande parte concentrados no governo federal, e em menor escala nos Estados, significando sérias dificuldades para os municípios desenvolverem e implantarem as políticas locais.

Algumas políticas a cargo do município, ainda que a competência legislativa e executiva estivesse nas mãos dos Estados – fala-se aqui de recursos hídricos superficiais que atravessam mais de um município, como o abastecimento de água local é o exemplo de uma ação pública que é afetada por aquilo que ocorre em outros municípios, a montante do município, e o tratamento e a desinfecção do recurso hídrico, bem como a qualidade e a quantidade da água disponível, na maioria das vezes não depende da atuação somente do agente local, mas de um coletivo de agentes locais, dos municípios onde o recurso hídrico passa. A questão ambiental, e mais especificamente a gestão dos recursos hídricos, acabou sendo fomentadora da gestão regional, quando os municípios perceberam que só poderiam atender os seus moradores, se compartilhassem com outros a gestão do recurso hídrico e da coleta e tratamento do lixo.⁴

Ainda que somente em 2005 fosse criada uma legislação para regular a formação e ação dos consórcios públicos (Lei Federal n.º 11.107), os consórcios antecederam essa regulamentação e na década de 1990 vários já tinham sido criados no Brasil, com finalidades diversas.

Um deles, criado em 1989, logo após a promulgação da Constituição Federal, portanto, foi o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, cuja gênese vincula-se ao movimento popular na luta pela manutenção de uma maior quantidade de água na Bacia, uma vez que a instituição do Sistema Cantareira desviou uma parte de sua água para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

A pesquisa debruçou-se sobre o funcionamento do consórcio e a gestão e a operação dos seus programas, com o objetivo de entender se o consórcio atua como um gestor regional, no que se refere ao desenvolvimento regional territorial. Partiu-se da hipótese de que apesar de não haver entes de gestão regional no Brasil com competências formalizadas, o consórcio, por vincular-se a um território claramente

⁴ Os consórcios na área da saúde foram os primeiros a surgir no Brasil, mas a ação do consórcio do Piracicaba, Jundiá e Capivari, voltado para a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Piracicaba, foi também pioneira.

delimitado, atuava no sentido de elaborar políticas de desenvolvimento e de atuação regional territorializadas.

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ

O início da operação do sistema Cantareira acarretou diversos problemas, principalmente a enorme mortandade de peixes, uma vez que as usinas de açúcar e álcool da bacia do Piracicaba usavam o recurso hídrico como destino final do vinhoto gerado no processo, e a diminuição do volume de água fez com que a quantidade de vinhoto nos rios aumentasse muito, tornando-os tóxicos para a vida aquática.

No início na década de 1960, a degradação dos recursos hídricos nas bacias PCJ gerou uma reação da população, impulsionada pela mortandade de peixes na região, causada pelo lançamento de vinhoto ou restilo nos rios e, mais tarde, de esgoto industrial e doméstico. Essa mobilização intensificou-se na década de 1970 com a intensa poluição dos rios, em virtude do crescimento demográfico e industrial ocorrido nessas bacias e com a reversão das águas através do Sistema Cantareira. As principais mobilizações se deram no município de Piracicaba, que era o mais afetado, por ter no rio de mesmo nome seu maior manancial de água, além de possuir uma forte relação sociocultural com ele. Sendo assim, a queda na qualidade e na quantidade das águas do rio Piracicaba fez com que, em 1983, o Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba iniciasse um movimento em prol da sua recuperação, denominado “Campanha Ano 2000 – Redenção Ecológica da Bacia do rio Piracicaba” (CASTELLANO e BARBI, 2006, p. 48)

Como reação a essa situação e à demanda da população, prefeitos da região criaram o Consórcio das bacias do Rio Piracicaba e Capivari, sendo que a bacia do Jundiá foi incluída apenas em dezembro de 2000.

Atualmente o Consórcio PCJ (como é comumente conhecido) aglutina municípios que pertencem a três bacias hidrográficas. Estas, respectivamente dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, abrangendo um território de 15.377,81 km², em que são abrigados setenta e seis municípios, mas participam do Consórcio somente 40 municípios.

mas também faz parcerias com outras instituições ou acordos de cooperação. Esses recursos são investidos em ações ambientais que apontam principalmente para a preservação do recurso hídrico. Além disso, o consórcio também arrecada recursos através de parcerias firmadas com os municípios, para os quais o consórcio presta serviços técnicos, uma vez que a Secretaria Executiva conta com pessoal especializado na gestão e operação dos recursos hídricos.

Essa consultoria é de extrema importância para o processo de modernização e descentralização da gestão de recursos hídricos na região. Como exemplo, o Consórcio teve um importante papel ao fomentar discussões acerca da necessidade de criação de uma lei estadual específica para o gerenciamento de águas, levando à discussão e aprovação da Lei Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/91).

Mas a maior parte dos recursos aplicados nas Bacias é captado através do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, criado em 1991, e é gerenciado pela Agência da Bacia. Também parte vem da cobrança do uso da água já instituída na Bacia, onde é cobrado R \$0,01/m³ na água consumida pelos municípios, recursos que são canalizados para a Agência.

O Consórcio coloca como seus objetivos a sensibilização e o planejamento e o estímulo para desenvolvimento de ações, e pode ser considerado como um porta-voz da população e sinalizador de políticas e alertas na gestão de recursos hídricos.

O rol de programas em que apoia sua atuação é bem extenso, e os citados nos relatórios de prestação de contas e na programação anual são⁵:

- Gestão e Política de Recursos Hídricos;
- Planejamento e Sustentabilidade para Aplicação das Disponibilidades Hídricas;
- Cooperação Industrial;
- Programa de Desenvolvimento Regional;
- Apoio aos Associados em Tecnologia e Sistema de Gestão;
- Sistema de Monitoramento de Águas;
- Saneamento e Resíduos Sólidos;
- Educação e Sensibilidade Ambiental;

⁵ Esses programas e projetos estão citados no website do consórcio, e todos os documentos consultados foram obtidos nesse sítio.

- Programa de Proteção aos Mananciais;
- Parceria para Integração Regional.

Já os principais projetos que já foram ou estão sendo desenvolvidos são:

- Casa modelo de uso racional da água e energia elétrica;
- Espaço Eco Hídrico;
- Fórum Mundial da Água;
- Caminho para Brasília;
- Estação Meteorológica;
- Fábrica de Ideias;
- Projeto Gota D'água;
- Water Summit 2020;
- 4º Seminário de Recursos Hídricos;
- Escola da Água e Saneamento;
- Águacast;
- Turma do Lamba;
- Projeto de Revitalização do Ribeirão Quilombo;
- Monitoramento de clima e armazenamento online;
- Cartilha “Água: Vamos falar sério?”.

Por essa relação é possível separar os programas e projetos em três tipos de ações, uma de divulgação e comunicação e/ou formação, como a promoção ou participação de eventos (Fórum Mundial da Água, Caminho para Brasília, Fábrica de Ideias, além do programa Apoio aos associados em tecnologias e sistema de gestão, etc.) e um segundo de colaboração no desenvolvimento de ações municipais ou da iniciativa privada pontuais, como o Programa de Proteção aos Mananciais, que colabora na recuperação da vegetação ripária dos cursos d'águas das propriedades rurais, ou ainda a casa modelo de uso racional da água e energia elétrica, ou os espaços eco hídricos, este último ainda em formatação.

Um terceiro tipo é o desenvolvimento de estudos técnicos para intervenções nos recursos hídricos, visando a formação de reservatórios de abastecimento ou o tratamento de esgotos. Aqui o exemplo mais importante é o Projeto de revitalização do rio Quilombo.

O papel do consórcio hoje

Além do estudo dos documentos disponibilizados pelo Consórcio, também foi realizada entrevista com técnicos responsáveis pelos programas, procurando entender um pouco mais acerca dos projetos estudados e dirimir algumas dúvidas.

Isto possibilitou que se percebesse que embora o Consórcio tenha um papel importante na luta para a regulamentação de legislação acerca da utilização dos recursos hídricos, atualmente tem um papel mais instigador, buscando continuar trazendo conquistas para as bacias, mas também contestar algumas políticas que são desenvolvidas. O PCJ ao se institucionalizar e conseguir se tornar referência para a discussão de recursos hídricos na região, pode desempenhar um papel hoje fortemente político apoiado na sua legitimidade e competência técnica.

Tentando compreender como se dá o arranjo de gestão da bacia, uma vez que ali atuam três órgãos regionais – O Consórcio, o Comitê da Bacia e a Agência da Bacia, tentou-se esclarecer a atuação de cada um deles na entrevista realizada.

Segundo se apurou, o Consórcio atua em conjunto com os Comitês da Bacia PCJ⁶, que conta com a participação dos municípios e da sociedade civil. Mas essa atuação, de acordo com os entrevistados, as vezes apresentam discordâncias, como em todo órgão colegiado.

Foram apresentados pelos técnicos do Consórcio alguns exemplos dessa discussão, como:

... a discussão sobre o reajuste da cobrança pelo uso da água. Os usuários (associações de empresas, sindicatos rurais, serviços de saneamento) nunca concordam com esse reajuste, pois representa um aumento no custo de operação. Cabe aos demais membros dos Comitês auxiliarem no convencimento desses usuários. Um dos argumentos é que o aumento do valor da cobrança trará mais recursos financeiros aos Comitês, que poderão investir em ações para a melhoria da qualidade e quantidade da água que chega nas empresas, por exemplo, trazendo assim um benefício muito maior do que o gasto que elas terão com esse reajuste. É dessa forma que o Consórcio atua, pensando regionalmente. Pode ser que uma empresa associada não concorde com o reajuste, mas, mesmo assim, o Consórcio tem defendido esses reajustes, pelo benefício regional que eles trazem.

⁶ O Comitê da Bacia PCJ é constituído por três Comitês que atuam em conjunto: o Comitê PCJ Federal, o Comitê PCJ Paulista – CBH-PCJ, e o Comitê PJ Mineiro – que é Piracicaba e Jaguari.

(Transcrição de mensagem eletrônica com informação passada por um dos técnicos, 2021)

A Agência da Bacia PCJ, desenvolve os estudos técnicos e responde aos Comitês e, portanto, seus estudos respondem às demandas dos Comitês no qual o Consórcio tem assento, mas nem sempre as prioridades de estudos definidas para aplicação dos recursos são aquelas levadas pelo Consórcio, uma vez que as demandas vêm de todos os participantes. Contudo, os entrevistados esclareceram que nunca houve oposição por parte do Consórcio ao resultado desses estudos, mas somente que alguns estudos que subsidiavam ações do consórcio nem sempre puderam ser desenvolvidos com os recursos gerenciados pela Agência.

O Plano das Bacias, este sim um plano territorial que em um primeiro momento pensou-se ser um documento que guiasse a ação do Consórcio⁷ é um documento elaborado pelo Comitê, e foi contratado a uma empresa privada. O Plano é uma conquista dos participantes do Comitê, mas também sua implantação é objeto de discussão, uma vez que as metas estabelecidas ano a ano e as prioridades nem sempre atendem as discussões trazidas pelo Consórcio.

Dessa forma o Consórcio, a partir das proposições dos participantes, vem elaborando programas específicos, que apoiam as discussões realizadas, como os já citados anteriormente.

Esses programas nos permitem perceber que o Consórcio PCJ desenvolve ações e programas que podem ser chamadas de pontuais, que tem influência na região, mas que são pensadas localmente, e não regionalmente como era a nossa hipótese inicial, não desenvolvendo o que pode ser considerado como elementos de planejamento regional, o que fica provavelmente a cargo do Comitê (levando em consideração o plano elaborado). Contudo é importante lembrar que o Consórcio participa de fóruns mais amplos, de alcance regional e nacional, como aqueles que resultaram na formulação da política nacional e estadual de Recursos Hídricos.

Ainda, ao se indagar se as ações previstas pelo Consórcio passavam a compor a legislação local dos municípios ou mesmo diretrizes dos planos diretores locais, segundo os entrevistados, não existe uma relação direta entre o que é desenvolvido pelo consórcio e o planejamento municipal, as ações desenvolvidas por ele podem ou não ser

⁷ O que não se mostrou verdadeiro apesar deste se constituir como uma referência importante para a atuação.

adicionadas ao plano diretor de cada município, contudo foi enfatizado que o Consórcio incentiva a elaboração de legislação municipal que garanta a proteção aos recursos hídricos, mas que não é objetivo do Consórcio desenvolver políticas territoriais regionais.

A partir da hipótese inicialmente formulada a pesquisa também selecionou alguns projetos e programas que pareciam ter mais características territoriais para investigar melhor como eram elaborados e operados, dos quais passa-se a discorrer a seguir.

Os três projetos

Alguns projetos estudados foram selecionados para que se aprofundasse o conhecimento, a fim de entender melhor sua efetividade e a abrangência territorial de sua ação. Estes projetos são: os Espaços Eco Hídricos, a Recuperação do Ribeirão Quilombo e os Piscinões Ecológicos. Acreditava-se que estes tinham maiores possibilidades de configurar uma ação regional de planejamento ambiental e territorial, pois se buscava ações territoriais acima de tudo.

1. Os espaços Eco-hídricos

A partir da entrevista e de outros contatos diretos com o Consórcio, além da análise das ações elencadas nos documentos disponíveis, foi possível concluir que os Espaços Eco Hídricos se configuram como locais onde se objetiva desenvolver ações de educação ambiental vinculada ao recurso hídrico, mas cujo arranjo pedagógico (ou museológico) não está claro. A princípio pareciam ser ações em andamento e já consolidadas, mas verificou-se que na verdade estão em processo de estruturação. Deverão atuar também com uma abordagem de geração de emprego e renda vinculados ao turismo ecológico, ressignificando áreas de interesse ambiental e hídrico e procurando mudar a relação do homem com a água. Dentro dessa abordagem turística o projeto prevê ainda criar um roteiro de visitas técnico/turísticas, fazer indicações de hotéis e restaurantes e é esperado que a divulgação do projeto abranja desde os associados até escolas, faculdades e a imprensa, atraindo assim o público em geral. Na

configuração dos espaços, estes deverão contar com uma infraestrutura adequada (banheiros, estacionamentos), com guias turísticos, e comunicação visual (placas, totens) e também acessibilidade universal.

A operacionalização proposta se dá através de ações dos técnicos do Consórcio que incentivam os associados a buscar uma ou mais empresas que possam adotar esses espaços, garantindo a sustentabilidade econômica da iniciativa e financiando despesas de melhorias e manutenção. Mas espera-se que os municípios também utilizem recursos provenientes de sua receita orçamentária.

Os municípios que deverão ser pioneiros na implantação do projeto foram selecionados por sua localização estratégica na cabeceira (Extrema), no centro (Indaiatuba), e a jusante (Piracicaba), sendo que o último município já dispõe de um Museu da Água instalado, que será apropriado pelo projeto.

Os locais escolhidos para a implantação de cada Espaço Eco Hídrico são:

EXTREMA:

- Centro Internacional de Serviços Ambientais e Restauração Florestal
- Parque Municipal da Cachoeira do Salto
- Rio Jaguari – Rafting
- Serra do Lopo

INDAIATUBA

- Bosque do Saber
- Centro de Controle de Operações
- Estação de Tratamento de Água I
- Estação de Tratamento de Esgoto Mário Araldo Candello
- Museu da Água
- Parque do Mirim

PIRACICABA

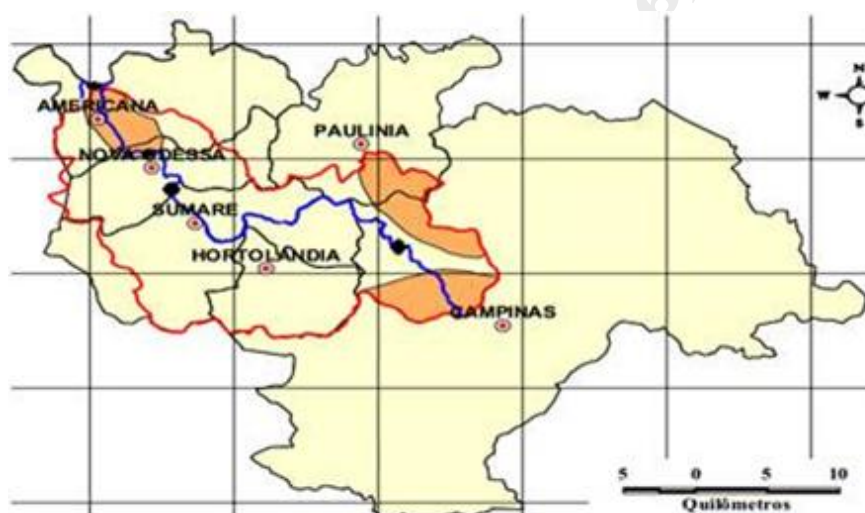
- Casa do Povoador
- Casarão do Turismo “Paulo Fioravante Sampaio”
- Museu da Água
- O Salto do Rio Piracicaba Elevador Turístico Alto do Mirante
- Parque da Rua do Porto
- Parque do Engenho Central

- Parque do Mirante
- Rua do Porto

2. A recuperação do ribeirão Quilombo

O ribeirão Quilombo nasce no município de Campinas, percorre os municípios de Paulínia, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e tem sua foz em Americana, onde deságua no rio Piracicaba. O Ribeirão Quilombo é um rio classificado como classe IV, classe que indica a pior qualidade da água na classificação dos cursos d'água e, portanto, é uma fonte poluidora do rio Piracicaba.

Figura 2 - Localização do Ribeirão Quilombo



Fonte: <http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=1835>

A escolha desse ribeirão para o desenvolvimento de uma ação de recuperação se deu por haver demanda popular para a melhoria da qualidade da água, e que foi prontamente encampada pelo prefeito de Nova Odessa, que atualmente é presidente do Consórcio. Submetida aos associados, a ação foi aceita como prioritária.

Os estudos sobre as fontes poluidoras do curso d'água para definir as ações necessárias estão em andamento, e é importante destacar que o município de Nova Odessa tem um fundo municipal para ações ambientais, que permite o desenvolvimento de estudos de macrodrenagem da bacia do Quilombo.

Existe um incentivo do Consórcio para que outros municípios criem seus fundos municipais, contudo não houve muitos resultados.

Segundo técnicos do Consórcio, a atuação do Consórcio na recuperação do Ribeirão Quilombo alcançou bons frutos, como

a elaboração do diagnóstico regional (saneamento, macrodrenagem e florestal) da sub-bacia ... a sensibilização dos municípios envolvidos, /.../ que permitiu importantes ações regionais como a construção da ETE Boa Vista da SANASA ... nas regiões de cabeceiras do Quilombo. (Transcrição de mensagem eletrônica com informação passada por um dos técnicos, 2021)

Ainda que este estudo tenha um caráter regional e que pode ter rebatimentos no planejamento de programas e ações pelos municípios, o que indicaria uma capilaridade da ação do Consórcio, e assim uma ação de planejamento regional, não é possível no atual estágio prever se isso de fato acontecerá.

3. Os piscinões ecológicos

A diferença entre os piscinões (pequenas bacias artificiais de retenção de água de chuva) tradicionais e o ecológico, segundo explicado pelos técnicos do Consórcio, é que o último não recebe camada impermeabilizante, permitindo que a água retida se infiltre lentamente no solo, alimentando os lençóis freáticos.

Na descrição dessa infraestrutura, os documentos dizem que o piscinão ecológico deveria receber paisagismo e equipamentos para lazer, tornando possível sua utilização nos períodos de seca, e assim sua implantação não viria a causar um impacto negativo para a população moradora do seu entorno (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Área demonstrativa do projeto de Piscinão Ecológico durante o período de seca



Fonte: CONSÓRCIO PCJ, 2020

Figura 4 - Área demonstrativa do projeto de Piscinão Ecológico durante o período de cheia



Fonte: CONSÓRCIO PCJ

Já houve a implantação de sucesso de alguns destes piscinões, segundo os técnicos do Consórcio.

A Figura 5, a seguir, mostra o piscinão de Limeira, onde foi implantada arborização e gramado, como se observa, mas sem a colocação de mobiliário esportivo, o que sem dúvida poderia torná-lo mais atrativo.

Figura 5 - Piscinão Ecológico de Limeira



Fonte: CONSÓRCIO PCJ

Considerações finais

Após as análises realizadas concluiu-se que o Consórcio tem um papel importante no sentido de reunir os municípios para concentrar esforços na busca de recursos e no planejamento de ações que impliquem em melhoria dos recursos hídricos da região e na educação ambiental voltada para a manutenção e preservação desses recursos.

Também foi possível perceber que sua atuação está alinhada às ações e discussões que ocorrem no âmbito de duas outras organizações regionais: os comitês das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá, que aglutina um número maior de municípios do que aqueles que compõem o consórcio, e à Agência da Bacia, órgão executivo do Comitê.

A hipótese colocada por essa pesquisa era de que o Consórcio, em sua atuação regional, influenciava e/ou atuava no planejamento territorial dos municípios participantes, e neste sentido foram analisados alguns programas, como o de Mananciais, que tem uma abrangência territorial regional.

Contudo, as conclusões possíveis após a pesquisa e a análise dos programas citados são de que não existe evidência de que as ações do Consórcio tenham caráter de planejamento territorial regional, uma vez que nos programas e projetos estudados a atuação se dá de forma fragmentada, de um lado apoiando as demandas de um ou outro município, e de outro

fortalecendo ações, como a reconstituição da vegetação ripária dos cursos d'água da bacia, que tem potencial para contribuir com a melhoria dos recursos hídricos locais e a jusante, mas que não tem um desenho, ou plano territorial, ficando mais vinculado à demanda de proprietários rurais e de municipalidades.

Pelo fato das questões ambientais não se restringirem ao território municipal, e pelo fato da contaminação do solo, por suas várias fontes, ter a capacidade de contaminar os recursos hídricos subterrâneos e superficiais, esperava-se que as ações do Consórcio conduzissem a contribuições importantes na legislação de uso e ocupação do solo dos municípios, mas isso não pode ser observado nesta pesquisa.

Referências

AEAP. “Campanha Ano 2000 - **Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba: Carta de Reivindicação ao Governo Quêrcia**. Disponível em: https://issuu.com/aguapcj/docs/campanha_ano_2000_final. Acesso em: 6 abr. 2020

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **A Lei das Águas do Brasil**. 03. jul.2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bH08pGb50-k>. Acesso em: 04 abr. 2020

ÂMBITO JURÍDICO. **O princípio do poluidor- pagador**. 30.abr.2006. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/o-principio-do-poluidor-pagador/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CASTELLANO, Maria e BARBI, Fabiana – *Avanços na Gestão Compartilhada dos Recursos Hídricos nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 46-58, abr./jun. 2006.

CASTELLANO, MARIA. **Relações entre poder e sociedade na gestão dos recursos hídricos: o caso do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí**. Programa de pós-graduação em ciência ambiental - PROCAM (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COMITÊS PCJ. **Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010-2020 – Relatório Síntese**. Disponível em: https://issuu.com/aguapcj/docs/pcj_pb-2010-2020_sintese . Acesso: 25 mai. 2020.

CONSÓRCIO PCJ. **Área demonstrativa do projeto Piscinões Ecológico é implantada em Limeira**. Disponível em: <https://agua.org.br/noticias/area-demonstrativa-do-projeto-piscinoes-ecologicos-e-implantada-em-limeira/> . Acesso: 25 set. 2020

CONSÓRCIO PCJ. **Espaços Eco Hídricos**. Disponível em: <https://agua.org.br/espacos-eco-hidricos/>. Acesso: 02 out. 2020

CONSÓRCIO PCJ. **Nossos Programas**. Disponível em: <https://agua.org.br/programas/gestao-e-politicas-de-recursos-hidricos/>. Acesso em: 04 abr. 2020

CONSÓRCIO PCJ. **Piscinões ecológicos podem contribuir para evitar cheias e alimentar o lençol freático para o período de seca**. Disponível em: <https://agua.org.br/noticias/piscinoes-ecologicos-podem-contribuir-para-evitar-cheias-e-alimentar-o-lencol-freatico-para-o-periodo-de-seca/>. Acesso: 25 set. 2020

CONSÓRCIO PCJ. **RAPA 2016-2018**. Disponível em: <https://agua.org.br/biblioteca/rapa/> . Acesso: 25 mai. 2020.

CONSÓRCIO PCJ. **Relatório de Atividades 2018**. Disponível em: <https://agua.org.br/biblioteca/relatorio-de-atividades-2018/>. Acesso: 25 mai. 2020.

CONSÓRCIO PCJ. **Relatório de Atividades 2019**. Disponível em: <https://agua.org.br/biblioteca/relatorio-de-atividades-2019-2/>. Acesso: 25 mai. 2020.

HENRICHS, Joanni A. e MOYANO, Leandro R – **Consórcios Públicos Intermunicipais: uma alternativa à gestão pública**. Brasília: Confederação Nacional de Municípios, 2016.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. **A política nacional dos recursos hídricos e as águas subterrâneas**. Maio.2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/assubterraneas/article/viewFile/1304/1082> . Acesso em : 05 abr. 2020

TAGUCHI, Viviane. **O que é o código das águas e o que ele determina**. 06.abr. 2015. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Colunas/fazenda-sustentavel/noticia/2015/03/guia-de-boas-praticas-o-que-e-o-codigo-das-aguas-e-o-que-ele-determina.html> . Acesso em: 03 abr.2020

THREE PROJECTS OF THE INTERMUNICIPAL PARTNERSHIP OF THE RIVER BASINS PIRACICABA, CAPIVARI AND JUNDIAÍ

ABSTRACT

This article intend to show the results obtained with a research on the Inter-municipality Partnership of the Piracicaba, Capivari and Jundiaí rivers basin, in particular to analyze instruments and actions that are possibility to be relevant to regional land planning, in order to verify whether the Partnership actions have effectiveness in land development. The article presents the Inter-municipality Partnership, there programs and projects and presents three projects: the Eco-hydric spaces, the Quilombo river recuperation and the ecologic retention basin and finally, from the analysis of documents made available by the Inter-municipality Partnership on its website, and from an interview with technicians who works there, do considerations about its regional actions.

Keywords: Inter-Municipality Partnership; Land Planning; Regional Action.

Envio: maio/2021
Aceito para publicação: junho/2021

REGRASP (ISSN 2526-1045), v. 6, n. 2, jun. 2021